



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BOQUIM**

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

## ÍNDICE

- I – INFORMAÇÕES
- II – INTRODUÇÃO E OBJETO
- III – FONTES DE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE
- IV – RESULTADO DO CONTROLE
- V - DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS
- VI - DOS GASTOS COM CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
- VII - DA ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
- VIII - PATRIMÔNIO
- IX - DA TRANSPARÊNCIA
- X - DO CAUC
- XI - DO PARCELAMENTO FAZENDÁRIO E PREVIDENCIÁRIO E OBRIGAÇÕES PATRONAIS
- XII - DA PANDEMIA DO CORONAVIRUS (COVID-19)
- XIII – CONCLUSÃO

### 1º RELATÓRIO TRIMESTRAL DE CONTROLE INTERNO

#### I – INFORMAÇÕES

Prefeitura Municipal de Boquim  
Prefeito Eraldo de Andrade Santos  
Praça Dr. José Maria de Paiva Melo, 26, centro  
Período de Exame 04/01/2021 à 31/03/2021

#### II – INTRODUÇÃO E OBJETO

Em cumprimento ao mandamento Constitucional e as disposições do Art. 68 da Lei Complementar nº 004/1990, realizamos o exame das despesas e receitas do Município de **Boquim/SE** de responsabilidade do **Sr. Eraldo de Andrade Santos**, Prefeito, relativas ao período de 04.01.2021 a 31.03.2021, com objetivo de verificar a regularidade da Execução Orçamentária,

*Assinado*



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BOQUIM**

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Financeira, Patrimonial e Operacional, bem como dos atos de gestão e cumprimento das disposições legais pertinentes, em especial, a obediência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos Princípios Contábeis, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar Federal nº 101/00 e de legislação infraconstitucional correlata, compreendendo as seguintes Secretarias Municipais:

- 1 – Gabinete do Prefeito;
- 2 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- 3 – Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços de Utilidade Pública;
- 4 – Procuradoria Geral do Município;
- 5 – Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente;
- 6 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer;
- 7 – Secretaria/Fundo Municipal de Saúde e Bem Estar;
- 8 – Secretaria/Fundo de Assistência Social e do Trabalho;
- 9 – Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### **III – FONTES E CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE**

Os trabalhos do Controle Interno foram conduzidos de acordo com os Princípios da Contabilidade Pública, Normas e Procedimentos constantes na Resolução nº 206/2001, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

Na execução dos trabalhos, foram utilizados, principalmente, as seguintes fontes e critérios:

- Constituição Federal e Constituição Estadual;
- Lei Federal nº 4.320/1964 – Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores – Institui normas para licitações e contrato na Administração Pública;
- Lei Complementar nº 101/2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para Responsabilidade na Gestão Fiscal e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 933/2020 – Dispõe sobre as Diretrizes para o Exercícios de 2021 – LDO;
- Lei Municipal nº 950/2020 – Dispõe sobre a estimativa das receitas e a fixação das despesa do Município de Boquim para o Exercício Financeiro de 2021 – LOA;
- Lei Municipal nº 816/2017 – Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA, para os exercícios 2018 a 2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BOQUIM**

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

- Resoluções e Pareceres do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;
- Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Decretos Municipais.

Os Principais procedimentos de controle utilizados foram os seguintes:

- Levantamento de dados Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais no Sistema Contábil confrontando-os com a documentação suporte;
- Conferência de Cálculos;
- Exame de Processos de Despesas;
- Exame nos Documentos de Receitas;
- Exame nos Controles de Material Permanente;
- Exame nos Controles do Material de Consumo;
- Exame de procedimentos Licitatórios e respectivos Contratos e Termos Aditivos;
- Análise no cumprimento as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Exame de Convênios e prestações de contas;

#### IV – RESULTADO DO CONTROLE

- O orçamento para o exercício de 2021, aprovado pela Lei Municipal nº 950, de 16/12/2020, estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 62.250.000,00 (sessenta e dois milhões, duzentos e cinquenta mil reais)**.

#### 4.1 DA ANÁLISE FINANCEIRA

| ENTRADAS                        |                     |                     |                     |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| RECEITAS                        | JANEIRO             | FEVEREIRO           | MARÇO               |
| Receita Orçamentária Corrente   | 5.323.864,05        | 6.436.420,03        | 5.719.117,95        |
| Receita Orçamentária de Capital | -                   | -                   | -                   |
| Receita Extra Orçamentária      | 789.372,64          | 831.426,04          | 836.962,79          |
| <b>DEDUÇÃO FUNDEB</b>           | -525.743,99         | -657.908,54         | -511.623,24         |
| <b>Subtotal</b>                 | <b>5.587.492,70</b> | <b>6.609.937,53</b> | <b>6.044.457,50</b> |

| SAÍDAS (LIQUIDADAS)        |                     |                     |                     |
|----------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| DESPESAS                   | JANEIRO             | FEVEREIRO           | MARÇO               |
| Despesa Orçamentária       | 3.767.431,20        | 4.442.628,90        | 4.935.383,20        |
| Despesa Extra Orçamentária | 911.114,14          | 974.603,35          | 1.320.471,67        |
| <b>Subtotal</b>            | <b>4.678.545,34</b> | <b>5.417.232,25</b> | <b>6.255.854,87</b> |



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BOQUIM**

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

| RESUMO             |              |              |              |
|--------------------|--------------|--------------|--------------|
| MESES              | JANEIRO      | FEVEREIRO    | MARÇO        |
| ENTRADAS           | 5.587.492,70 | 6.609.937,53 | 6.044.457,50 |
| SAÍDAS             | 4.678.545,34 | 5.417.232,25 | 6.255.854,87 |
| SALDO P/O SEGUINTE | 908.947,36   | 1.192.705,28 | -211.397,37  |

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO   |                     |                     |                     |                      |
|--------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIA                | JANEIRO             | FEVEREIRO           | MARÇO               | ACUMULADO            |
| <b>1 – RECEITA TOTAL</b>             | <b>5.587.492,70</b> | <b>6.609.937,53</b> | <b>6.044.457,50</b> | <b>18.241.887,70</b> |
| (-) – RECEITA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO | -                   | -                   | -                   | -                    |
| (-) RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES         | -                   | -                   | -                   | -                    |
| (-) RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES        | -                   | -                   | -                   | -                    |
| (-) RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES        | -                   | -                   | -                   | -                    |
| <b>2 – RECEITA AJUSTADA</b>          | <b>5.587.492,70</b> | <b>6.609.937,53</b> | <b>6.044.457,50</b> | <b>18.241.887,70</b> |

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO |                     |                     |                     |                      |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
|                                    | JANEIRO             | FEVEREIRO           | MARÇO               | ACUMULADO            |
| <b>3 – DESPESAS TOTAL</b>          | <b>4.678.545,34</b> | <b>5.417.232,25</b> | <b>6.255.854,87</b> | <b>16.351.632,40</b> |
| (-) – ENC DA DIVIDA ATIVA INTERNA  | -                   | -                   | -                   | -                    |
| (-) – ENC DA DIVIDA ATIVA EXTERNA  | -                   | -                   | -                   | -                    |
| (-) AMORT.DA DIVIDA INTERNA        | -                   | -                   | -                   | -                    |
| (-) AMORT.DA DIVIDA EXTERNA        | -                   | -                   | -                   | -                    |
| (-) AMORT.DA DIVIDA EXTERNA        | -                   | -                   | -                   | -                    |
| <b>4 – DESPESA AJUSTADA</b>        | <b>4.678.545,34</b> | <b>5.417.232,25</b> | <b>6.255.854,87</b> | <b>16.351.632,40</b> |

*Assinado*



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BOQUIM**

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

| <b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL</b> |                   |                     |                    |                     |
|---|-------------------|---------------------|--------------------|---------------------|
| <b>MES</b>  | <b>JANEIRO</b>    | <b>FEVEREIRO</b>    | <b>MARÇO</b>       | <b>RESULTADO</b>    |
| <b>5 – RESULTADO PRIMÁRIO (2-4)</b>                 | <b>908.947,36</b> | <b>1.192.705,28</b> | <b>-211.397,37</b> | <b>1.890.255,27</b> |
| <b>6 – RESULTADO NOMINAL (1-3)</b>                  | <b>908.947,36</b> | <b>1.192.705,28</b> | <b>-211.397,37</b> | <b>1.890.255,27</b> |

A despesa autorizada foi alterada no decorrer do trimestre por meio de créditos adicionais legalmente autorizados, conforme valores abaixo:

|                                      |                      |
|--------------------------------------|----------------------|
| Despesa fixada inicial               | 62.250.000,00        |
| Créditos suplementares abertos (+)   | 10.267.251,45        |
| Créditos suplementares superávit (+) | 618.396,00           |
| Créditos especiais abertos (+)       | 0,00                 |
| Créditos extraordinários (+)         | 0,00                 |
| Redução de dotações (-)              | 10.267.251,45        |
| <b>Despesa autorizada final*</b>     | <b>62.868.396,00</b> |

\* A despesa autorizada final evidenciada no quadro acima foi acrescida em virtude de abertura de créditos adicionais por superávit, cujos valores também fazem parte do quadro supracitado.

A receita orçamentária arrecadada até o trimestre, assim se comportou:

| <b>Receita</b>                          | <b>Previsão</b>      | <b>Arrecadação</b>   | <b>Saldo</b>         |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|
| Receitas Correntes                      | 67.786.093,00        | 17.479.402,03        | 50.306.690,97        |
| Receitas de Capital                     | 474.940,00           |                      |                      |
| Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB | -6.011.033,00        | -1.695.275,77        | -4.315.757,23        |
| <b>TOTAL</b>                            | <b>62.250.000,00</b> | <b>15.784.126,20</b> | <b>45.990.933,70</b> |

A despesa total empenhada até o trimestre importou em **R\$ 56.726.234,40 (cinquenta e seis milhões, setecentos e vinte e seis mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos)**.

Em relação à autorizada inicial, a despesa orçamentária apresentou-se da seguinte forma:

| <b>Categoria Econômica</b> | <b>Autorizado Final</b> | <b>Empenhado*</b> | <b>Saldo</b> |
|----------------------------|-------------------------|-------------------|--------------|
| Despesas Correntes         | 56.812.203,00           | 53.859.146,50     | 2.953.056,50 |

|                         |                      |                      |                     |
|-------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|
| Despesas de Capital     | 3.620.942,11         | 2.867.087,89         | 753.854,22          |
| Reserva de Contingência | 62.250,00            | 0,00                 | 62.250,00           |
| <b>Total</b>            | <b>60.495.395,11</b> | <b>56.726.234,39</b> | <b>3.769.160,72</b> |

\* Aprecia-se que faz parte do valor empenhado total, o montante empenhado para o **enfrentamento da Covid-19** que alcançou um total no trimestre de **R\$ 1.132.590,12 (Um milhão, cento e trinta e dois mil quinhentos e noventa reais e doze centavos)**, com recursos abertos com créditos adicionais suplementares, por anulação e por superávit.

## V - DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

### 5.1 DOS GASTOS COM PESSOAL

|  |               |
|--|---------------|
| Receita Corrente Líquida                       | 64.056.397,79 |
| Aplicação com Pessoal                          | 39.041.200,86 |
| Percentual de Comprometimento em Relação a RCL | 60,95%        |

De acordo com os valores apresentados na tabela anterior, constatamos que a despesa com pessoal **desobedeceu** ao limite máximo estabelecido no art. 20, bem como ao limite prudencial do art. 22 da Lei Complementar Federal nº 101/2000. Os cálculos de gastos com pessoal foram apurados com base nos últimos 12 meses (abril/2020 a março/2021), de acordo com o art. 18 § 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Consideramos a Decisão TCE nº 16.779 de 28 de fevereiro de 2008 a qual admite a retirada no montante apurado do IRRF incidente sobre a remuneração, subsídio e proventos dos servidores do cômputo da receita corrente líquida e do somatório da despesa total com pessoal dos poderes e órgãos, obteremos uma redução neste percentual.

Consideramos a Resolução do TCE nº 320 e 321 que dispõe quanto à incidência de recursos transferidos pela União por intermédio de programas federais no cálculo das despesas com pessoal nos municípios do Estado de Sergipe estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, obteremos ainda mais redução da despesa de pessoal, a ser evidenciado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 1º quadrimestre de 2021.

É importante ressaltar que o Departamento de Controle Interno promoveu recomendações e alertas ao gestor quanto ao fiel cumprimento da legislação pátria vigente, bem como a observância do art. 22 da LRF, quando da necessidade de possíveis reajustes/revisões da remuneração de seus servidores.

### 5.2 DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BOQUIM**

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Considerando o 1º bimestre de 2021 (janeiro e fevereiro), via Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, o Município contabilizou, em relação a receita de impostos, 2,61% (dois inteiros e sessenta e um décimos por cento) em gastos com MDE e 13,54% (treze inteiros e cinquenta e quatro décimos por cento) em gastos com saúde descumprindo o mandamento Constitucional.

Recomendamos o imediato e urgente cumprimento dos limites estabelecidos, haja vista o mínimo constitucional de 25% para o MDE e de 15% para a Saúde.

### **5.3 – DO REPASSE DE DUODÉCIMO AO LEGISLATIVO**

O repasse ao Legislativo a título de duodécimo e inativos representou até o trimestre **R\$ 584.704,95 (quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quatro reais e noventa e cinco centavos)**.

### **5.4– DA ANÁLISE DOS LIMITES LEGAIS**

Em síntese aos limites legais e constitucionais relativos a algumas despesas, temos as seguintes constatações:

- Quanto ao limite de aplicação na educação, o mesmo está abaixo do limite mínimo constitucional conforme resolução do TCE/SE nº 243 de 13 de setembro de 2007 e foram evidenciados e consolidados no Relatório de Controle Interno deste município.
- Quanto ao limite de aplicação na saúde, o mesmo está abaixo do limite mínimo constitucional conforme resolução do TCE/SE nº 283 de 03 de outubro de 2013 e foram evidenciados e consolidados no Relatório de Controle Interno deste município.
- Quanto ao limite de gastos com pessoal, o mesmo está acima do limite máximo conforme Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e foram evidenciados e consolidados no Relatório de Controle Interno deste município.

## **VI - DOS GASTOS COM CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

No período os serviços via contratação temporária de pessoal, cujo contratos realizados correspondeu ao montante consolidado até o trimestre a despesa liquidada de **R\$ 1.310.493,49 (hum milhão, trezentos e dez mil, quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e nove centavos)**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BOQUIM**

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Considerando que a contratação temporária está autorizada via Constituição Federal em seu art. 37, IX, para os casos excepcionais, com tempo de duração razoável, mediante aprovação em Lei específica enquanto não se abre Concurso Público (disposto no art. 37, II, da CF 88), senão vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de **aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos**, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

[...]

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a **necessidade temporária de excepcional interesse público; (grifo nosso)**

Da análise dos dispositivos constitucionais, reiteramos a recomendação para que o Município de Boquim/SE realize estudo consoante a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e legislação correlata para iniciar procedimento interno no intuito da realização de Concurso Público, uma vez que promoveu a contratação de caráter temporário, excepcional e justificado, via **Processo Seletivo Simplificado**, nas formas da legislação pátria vigente e observando as seguintes considerações: limites dispostos nos art. 20 a 22 da Lei Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) quanto a contratação de pessoal; legitimidade da contratação excepcional ser a urgência; nos casos em que a contratação decorra de Programa Federal ou Estadual e este possua prazo determinado, o prazo da contratação de pessoal para este fim deverá ser restrito ao prazo do respectivo Programa; onde todas as possíveis necessidades do pagamento de adicionais previstos na legislação, deverá constar expressamente no edital.

Ademais, que apenas o Município se detenha a contratar temporariamente somente os casos excepcionais e em prazo razoável, via Processo Seletivo Simplificado – PSS, até a realização de Concurso Público como regra de contratação de pessoal.





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BOQUIM**

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Conforme recomendamos após finalizado o edital do PSS, foi encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe para apreciação.

## VII - DA ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

- Foram Analizados no período os seguintes processos:
  - Exame de Processos de Despesas
  - Exames nos Documentos de Receitas
  
- Análise efetuada através dos Documentos e Registros Contábeis:
  - Exame nos Controles de Material Permanente
  
- Análise efetuada através dos Relatórios Contábeis:
  - Exame nos Controles de Material de Consumo
  
- Análise efetuada através dos Relatórios Contábeis:
  - Exames, por amostragem, de Procedimentos Licitatórios, Contratos e Termos de Aditivos informados ao SAGRES.

## VIII - PATRIMÔNIO

### 8.1 Bens Móveis (ELEMENTO DE DESPESA 44.90.52.00)

Os bens móveis adquiridos neste trimestre totalizaram **R\$ 96.110,78 (noventa e seis mil, cento e dez reais e setenta e oito centavos)**. Verificamos por amostragem os bens adquiridos e constatamos que foram devidamente tombados, conforme preceitua a Resolução TCE/SE nº 160/92.

| MÊS          | VALOR - R\$      |
|--------------|------------------|
| JANEIRO      | -                |
| FEVEREIRO    | 48.374,18        |
| MARÇO        | 47.736,60        |
| <b>TOTAL</b> | <b>96.110,78</b> |

### 8.2 Almoxarifado (ELEMENTO DE DESPESA 33.90.30.00)



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BOQUIM**

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

No final do trimestre em análise, o Almojarifado totalizou a soma de **R\$ 511.954,90** (Quinhentos e onze mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos), conforme na tabela abaixo:

| MÊS          | VALOR - R\$       |
|--------------|-------------------|
| JANEIRO      | 91.798,05         |
| FEVEREIRO    | 189.059,63        |
| MARÇO        | 231.097,22        |
| <b>TOTAL</b> | <b>511.954,90</b> |

## IX - DA TRANSPARÊNCIA

No período o Município de Boquim atendeu ao que diz respeito as Leis da Transparência (Lei nº 131/2009) e de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) da seguinte forma:

- Regulamentação da Lei de Acesso à Informação;
- Implantação do Sistema de Informação ao Cidadão – SIC e e-SIC, para fins de atendimento da transparência passiva;
- Implementação do Sistema da CGU e-ouv;
- Divulgação de dados como folha de pagamento, despesas com diárias e passagens, informações institucionais dos órgãos da administração, atendendo a transparência ativa;
- Informações sobre licitações, contratos, receita e despesa;
- Diário Oficial do Município.

Considerando o Ato nº 23/2020 da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe dispõe sobre a disponibilização das informações de despesa (Covid-19) via SAGRES, sem prejuízo de divulgação no Portal da Transparência do ente, no prazo de 24 horas para atender a urgência de contratação existente no momento atual tornam ainda mais relevante a devida publicidade aos gastos públicos.

Além dos itens acima, o Município de Boquim incorporou maiores informações ao seu *site* oficial, o que permitiu que o *ranking* de avaliação realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, tendo os critérios do ENCCLA, atribuisse nota 9,1.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BOQUIM**

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

## **X - DO CAUC – Sistema Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias**

Há pendências que impedem o recebimento de transferências voluntárias conforme extrato do CAUC nos itens de regularidade fiscal junto a Receita Federal e ao FGTS e ainda do envio do RREO e RGF ao SICONFI.

## **XI - DO PARCELAMENTO FAZENDÁRIO, PREVIDENCIÁRIO E OBRIGAÇÕES PATRONAIS**

Constatamos que as obrigações patronais não estão sendo contabilizadas de acordo com as movimentações de folha de pagamento mensal, sendo necessária a apuração e correta e completa contabilização para bem demonstrar o patrimônio da entidade, sob pena de omissão e responsabilização perante aos órgãos de controle.

Alertamos ainda para a correta e completa apuração e recolhimento dos parcelamentos que por ventura não tenham sido retidos do FPM – Fundo de Participação dos Municípios e das obrigações com o PASEP conforme adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT autorizado com o advento da Medida Provisória nº 783/2017 parcelando-a em 120 meses e ainda ao PREM – Programa de Regularização de Estados e Municípios, instituído pela Medida Provisória nº 778/2017, o qual solicitou parcelamento em 200 meses das dívidas previdenciárias de períodos anteriores, no âmbito da Receita Federal do Brasil e também da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Conforme informado pelo prefeito, foi realizado levantamento de todos os débitos e como os cofres municipais não havia lastro suficiente que pudesse sustentar toda a despesa, e ainda que este parcelamento traz benefícios para o ente, procedeu com o pedido de parcelamento.

Alertamos ainda para a correta e completa informação e contabilização da GFIP aos órgãos competentes, para não sofrer possíveis sanções.

## **XII - DA PANDEMIA DO CORONAVIRUS (COVID-19)**

Considerando o Decreto Municipal nº 097/2020 de 18 de março de 2020 e seus seguintes que dispõem sobre a adoção de medidas emergenciais para enfrentamento da crise decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), e dá providências correlatas.

Considerando Orientação Técnica nº 001/2020 de 04 de maio de 2020 emitida pela Controladoria Geral do Município de Boquim referente aos gastos com a pandemia da Covid-19.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BOQUIM**

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE BOQUIM  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Considerando o Decreto Municipal nº 289/2020 de 23 de dezembro de 2020 que prorroga o Estado de Calamidade Pública do Município de Boquim, Estado de Sergipe até 31 de dezembro de 2021, com base no Decreto Federal nº 10.579, de 18 de dezembro de 2020, inclusive reconhecido pela ALESE – Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe através do Decreto Legislativo nº 0002/2021.

Considerando o Ato nº 23/2020 da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe dispõe sobre a disponibilização das informações de despesa via SAGRES, sem prejuízo de divulgação no Portal da Transparência do ente, no prazo de 24 horas para atender a urgência de contratação existente no momento atual tornam ainda mais relevante a devida publicidade aos gastos públicos.

Em função da pandemia trazida pelo coronavírus (COVID-19) que vêm afetando todo o mundo, a Prefeitura de Boquim editou várias medidas de combate a propagação e proliferação do novo coronavírus (COVID-19), seguindo orientações do Ministério da Saúde, do Governo do Estado de Sergipe e ainda do Plano de Contingenciamento elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde de Boquim.

Além das medidas, estão sendo realizados trabalhos de conscientização no sentido de conter a propagação da pandemia no território municipal.

### **XIII - CONCLUSÃO**

Os Registros Contábeis dos atos e fatos Administrativos, as Operações Financeiras, a Execução e acompanhamento Orçamentários, a Administração Patrimonial e Operacional do Poder Executivo Municipal, ora analisados, se apresentam parcialmente de acordo com os princípios da Contabilidade Pública expressos na Lei nº 4.320 de 17.03.64, bem como com as Normas Técnicas e Procedimentos Contábeis da Resolução nº 206/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, considerando que no trimestre descumpruiu os limites de gastos com pessoal, de saúde e de manutenção do ensino nas formas deste relatório.

Frise-se que os dados ora apresentados podem sofrer pequenas alterações em virtude de possível conferência dos atos de execução orçamentária que sofreram prorrogação de prazo de entrega em função da pandemia do COVID-19 e ainda pela não entrega, até a presente data, da prestação de contas mensal do mês de março/2021 ao TCE/SE.

Boquim, 28 de Abril de 2021

  
Vanessa Silva Macêdo  
Controladora Municipal  
Decreto: 010/2021